



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

<b>Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2026</b>			
<b>Data de abertura: 18/03/2026 às 11:30 horas</b> <b>no sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a></b>			
<b>Objeto:</b> Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, e serviços de segurança Anti-DDoS.			
<b>Processo PROAD</b> 4.101/2026	<b>Registro de preços?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<b>Grupos para participação aberta:</b> G1 e G2	<b>Grupos para participação exclusiva de ME/EPP:</b> -
	<b>Modo de disputa:</b> Aberto e fechado	<b>Amostra?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<b>Vistoria?</b> <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa <input type="checkbox"/> Não se aplica
<b>Critério de julgamento:</b> Menor preço		<b>Valor estimado da contratação:</b> R\$ 538.855,20	
<b>Prazo para envio da proposta de preços adequada após etapa de lances / documentos complementares:</b> 2 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
<b>Prazo para envio dos documentos de habilitação:</b> 2 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
<b>Impugnações e Pedidos de esclarecimentos</b> Até o dia 13/03/2026 para o endereço <a href="mailto:licita@trt2.jus.br">licita@trt2.jus.br</a>			
<b>Documentos de Proposta:</b>  1. Proposta conforme modelo constante do Anexo II; 2. Declaração de atendimento ao § 2º do Art. 4º da Lei 14.133/2021, se for o caso. 3. Informações detalhadas, conforme descrito a seguir: duas opções de POP para conexão de última milha; diagrama detalhado da topologia das conexões físicas entre POP's, Centros de Roteamento e Pontos de Troca de Tráfego; diagrama detalhado da topologia das conexões físicas com backbones internacionais, detalhando a capacidade dos enlaces; valores mensais e totais para o objeto, e preço global da proposta, contemplados todos os custos; cronograma detalhado da implantação.		<b>Documentos de Habilitação:</b>  1. SICAF; 2. Atestado(s) de capacidade técnica; 3. Declaração de conhecimento.	
<b>Adjudicação por grupo</b> <b>Regime de execução - Empreitada por preço global.</b> <b>Local de Execução:</b> unidades listadas nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo I			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**SUMÁRIO**

1. DO OBJETO.....	3
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	3
3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	4
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	4
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	5
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	7
7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES .....	9
9. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
11. DOS RECURSOS.....	14
12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	15
13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	15
14. DO CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO NO SIGEO - JT.....	16
15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	17
16. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	17
17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	17
18. DO PAGAMENTO.....	17
19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	17
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

**ANEXOS**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.....	21
ANEXO II - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	42
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021.....	43
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 13.1.1.2 DO EDITAL.....	44
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	45
ANEXO VI - CARTA DE PREPOSTO.....	46
ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO.....	47



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026**

Processo PROAD nº 4.101/2026

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, por meio da Divisão de Licitações, sediada na Av. Marquês de São Vicente nº 235, Bloco B, 1º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

**REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**DIA: 18/03/2026**

**HORÁRIO: 11:30 horas (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**CÓDIGO UASG: 080010**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, e serviços de segurança Anti-DDoS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Anexo I – Especificação do Objeto, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 15.346/2026, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0033.4256.0035 e Natureza de Despesa 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ, e nos exercícios subsequentes, à conta



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

### 3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 538.855,20 (quinhentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), conforme descrito a seguir:

GRUPO 1 (G1)				
Item	Descrição	Velocidade	Valor mensal	Valor total (24 meses)
1	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Ed. Sede (Consolação)	2,5 Gbps	R\$ 7.484,10	R\$ 179.618,40
Valor estimado total (G1)				R\$ 179.618,40

GRUPO 2 (G2)				
Item	Descrição	Velocidade	Valor mensal	Valor total (24 meses)
2	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Ed. Sede (Consolação) - Atual contratada: Hostfiber	2,5 Gbps	R\$ 7.484,10	R\$ 179.618,40
3	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Fórum Ruy Barbosa (Barra Funda) - Novo link	2,5 Gbps	R\$ 7.484,10	R\$ 179.618,40
Valor estimado total (G2)				R\$ 359.236,80

3.2. Data do orçamento estimado: 09/01/2026.

3.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido neste edital e seus anexos.

### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o edital de licitação por irregularidade, ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [licita@trt2.jus.br](mailto:licita@trt2.jus.br), aos cuidados do agente de contratação.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema Compras.gov.br e na página do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ([https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/licitacoes/em\\_andamento/editais.pdf](https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/licitacoes/em_andamento/editais.pdf)), no prazo de até 3 (três)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a Administração.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

5.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.1.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.3. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.2. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

5.3. Como condição para participação no pregão, o licitante assinalará, em campo próprio do sistema eletrônico, a ciência e o cumprimento das seguintes declarações:

5.3.1. Condições de participação

5.3.1.1. Que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

5.3.1.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5.3.2. Declarações para fins de habilitação

5.3.2.1. Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

5.3.2.2. Que inexistente impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

5.3.2.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.2.4. Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.3.2.5. Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.3.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

5.3.3.1. Que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

5.3.3.2. Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.3.4. Somente para os licitantes cadastrados como microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3.4.1. Que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, caso ele seja aplicado nessa contratação, observado o [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#).

a. Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinatura do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b. Nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.3.5. Declarações exclusivamente para critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

5.3.5.1. Que desenvolve ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, nos termos previstos no inciso III do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023.

a. A manifestação no campo "sim" pressupõe que a empresa atende à legislação vigente sobre o assunto, podendo ser solicitada a comprovação no decorrer do certame.

5.3.5.2. Que desenvolve programa de integridade, nos termos previstos no inciso IV do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024.

a. A manifestação no campo "sim" pressupõe que a empresa atende à legislação vigente sobre o assunto, podendo ser solicitada a comprovação no decorrer do certame.

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.5. É vedada a contratação de licitante que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7 de 18/10/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

## **6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

6.1. Será concedido tratamento favorecido aos licitantes, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.2. Em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, aplicar-se-á o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.2.1. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas dos licitantes convocados para a etapa fechada e qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance de menor preço serão consideradas





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

empatadas com a primeira colocada.

6.2.2. A empresa mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.2.3. Caso o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.3. Caso seja suscitada dúvida, o agente de contratação verificará quando o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, se o somatório de ordens bancárias recebidas, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme artigo 3º da mencionada lei.

6.4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

6.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

## **7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos constantes do sistema.

7.3.1. Valor unitário do item (o valor unitário é o global proposto).

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

7.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a conclusão da etapa de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

7.10. Não será admitida a desistência da proposta após a abertura da sessão pública, hipótese na qual o licitante será desclassificado e o agente de contratação poderá solicitar a autuação de processo administrativo para apenação, na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

#### **8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.4.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, será encerrada automaticamente a recepção de lances.

8.4.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.2.1. No procedimento de que trata este item, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.4.2.2. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

8.4.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os mesmos critérios de desempate citados no item acima.

8.12. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **9. DA FASE DE JULGAMENTO**

9.1. Como condição prévia ao exame da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, o agente de contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

9.1.1. Por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, a consulta aos cadastros dispostos nos subitens abaixo será realizada também em nome do sócio majoritário da empresa.

9.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes))

9.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))

9.1.1.3. Lista de Inabilitados/Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação desclassificará o licitante por falta de condição de participação.

9.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto da contratação e, observado o disposto no item abaixo, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

9.2.1. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.2.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.3. Durante a fase de julgamento, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

9.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.4. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance ofertado, conforme Anexo II do edital, no **prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema.

9.4.1. Juntamente à proposta deverão ser anexados:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

a) Somente para licitantes que, no momento de cadastramento da proposta, tenham declarado seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP):

a.1) Declaração de atendimento ao § 2º do Art. 4º da Lei 14.133/2021, conforme modelo constante do Anexo III.

b) Informações detalhadas, conforme descrito a seguir:

b.1) Duas opções de POP para conexão de última milha, sendo que ambos devem ser conectados a dois ou mais Pontos de Troca de Tráfego ou Centros de Roteamento, sendo que o CONTRATANTE optará por um dos POPs para implantação da rota de conexão;

b.2) Diagrama detalhado da topologia das conexões físicas entre POP's, Centros de Roteamento e Pontos de Troca de Tráfego, detalhando a capacidade dos enlaces e não incluindo o detalhamento solicitado na alínea 'b.3' abaixo;

b.3) Diagrama detalhado da topologia das conexões físicas com backbones internacionais, detalhando a capacidade dos enlaces, e não incluindo o detalhamento solicitado na alínea 'b.2' acima ;

b.4) Valores mensais e totais para o objeto, e preço global da proposta, contemplados todos os custos.

b.5) Cronograma detalhado da implantação, contendo:

b.5.1) Especificação detalhada de todos os procedimentos de implantação da infraestrutura descrita no item 2.1 do Anexo I, detalhando os prazos de duração destes procedimentos, hora e data de início/término de cada um deles e os recursos (materiais, mão de obra) utilizados;

b.5.2) Especificação de todos os procedimentos necessários para o início da operação do serviço, detalhando os prazos de duração destes procedimentos, hora e data de início/término de cada um deles e os recursos (materiais, mão de obra) utilizados;

b.6) Caso a implantação implique na necessidade de execução de serviços, tais como obras, reforma de instalações e passagem de cabos, dentre outras, as mesmas deverão constar do cronograma, com apresentação de projeto e memorial descritivo, que serão submetidas à Coordenadoria de Manutenção e Projetos do CONTRATANTE para análise e aprovação;

9.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 9.4, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6. A pedido do agente de contratação, o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.

9.7. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

9.7.1. O não atendimento à solicitação do agente de contratação no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Após o término da fase de julgamento, a habilitação do licitante cuja proposta foi aceita será realizada mediante consulta ao SICAF contendo os níveis cadastrados I, II, III e IV válidos e a apresentação, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema, da seguinte documentação:

10.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante prestado serviço de conexão ao backbone internet de velocidade de, no mínimo, 1 Gbps, pelo período de, no mínimo, 12 (doze) meses.

10.1.1.1. Será aceita a somatória de atestados para atingir o período de 12 (doze) meses contanto que sejam de velocidade, de no mínimo, 1 Gbps;

10.1.1.2. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

10.1.2. Declaração de que é conhecedora das condições da contratação, conforme modelo constante no Anexo V.

10.1.2.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria, conforme segue:

a. O agendamento deverá ser realizado por meio da Seção de Administração de Redes e Telecomunicações, com ao menos 1 (um) dia de antecedência ao da visita e cujo contato se fará por meio do e-mail [demandas-redes@trt2.jus.br](mailto:demandas-redes@trt2.jus.br) contendo data, horário, nome da empresa, nome do técnico que realizará a vistoria e o número de R.G.

b. A vistoria será realizada dentro do horário de funcionamento do Tribunal, que é de segunda a sexta-feira, das 11h às 19h.

10.1.2.2. Embora a vistoria seja facultativa, a sua não execução não permite que os licitantes aleguem desconhecimento das condições como justificativa para solicitações futuras, deixando de atender obrigações assumidas ou requerendo aditivos de valor.

10.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 10.1, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.3. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

10.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de seus recebimentos.

10.5. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

10.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.7. Havendo pendência nos níveis do SICAF, o agente de contratação poderá solicitar para fins de habilitação, cédula de identidade dos dirigentes/sócios, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidão relativa aos tributos estaduais; certidão relativa aos tributos municipais; certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; os atos constitutivos da empresa, tais como Registro Comercial da Firma, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, Estatuto arquivado na Junta Comercial e última ata de Eleição dos Administradores, registrada na Junta Comercial, Contrato Social e suas alterações, dentre outros.

10.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

10.10. Em caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **20 (vinte) minutos** concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. As razões do recurso deverão ser registrados em momento único em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados, se desejarem, a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11.6. Da decisão em que não caiba recurso hierárquico, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

13.1. Após a homologação do certame, caso a Administração decida pela efetivação do contrato, o licitante vencedor será convocado, por escrito, para entregar os documentos abaixo descritos:

13.1.1. No prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data da convocação:

13.1.1.1. Comprovação de que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído por Portaria Interministerial do Poder Executivo.

a. A apresentação da comprovação será dispensada caso a Seção de Contratos logre êxito em obtê-la mediante consulta online ao sítio oficial do Ministério do Trabalho e Emprego, e anexando-a ao processo.

13.1.1.2. Declaração de que não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, conforme modelo constante do Anexo IV.

13.2. No momento da assinatura do contrato será verificada a regularidade do signatário no SICAF, quanto às certidões federais, estaduais e municipais, e no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin (em conformidade com o inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/2002).

13.2.1. Na hipótese de irregularidade, o signatário deverá regularizar sua situação perante o





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

cadastro ou apresentar os documentos que comprovem sua regularidade relativamente aos dados vencidos ou não atualizados, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. O não atendimento das exigências dispostas nos itens 13.1 e 13.2, além de obstar a assinatura do contrato, acarretará as consequências previstas no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Cumpridas as exigências dispostas nos itens 13.1 e 13.2, o adjudicatário deverá assinar o instrumento contratual no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do envio da mensagem para o e-mail informado, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.4.1. O contrato deverá ser assinado de forma digital por meio do Sistema PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), conforme orientações dispostas no Manual de uso do PROAD para usuários (as) externos (as) ao Tribunal.<sup>1</sup>

13.4.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.4.3. Deverá ser assinada no mesmo prazo e forma dispostos no *caput* a declaração indicando os prepostos e seus substitutos, que representarão a contratada durante a execução contratual, contendo os respectivos contatos (telefone, e-mail e endereço), conforme Anexo VI.

13.5. Quando o licitante convocado não assinar o contrato na forma estabelecida neste instrumento poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nos termos previstos no artigo 90 da Lei 14.133/2021, obedecida a ordem de classificação.

13.6. O licitante vencedor deverá manter suas condições de habilitação durante toda a contratação.

#### **14. DO CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO NO SIGEO - JT**

14.1. Para a efetivação dos pagamentos resultantes desta contratação, será obrigatório o cadastramento da contratada no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).

14.1.1. O prazo para a efetivação do cadastro será de 10 (dez) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.

14.1.2. O procedimento de cadastramento pode ser acessado em:  
<https://sigeo.jt.jus.br/ajuda/kbtopic/fornecedores-colaboradores-e-credenciados-de->

<sup>1</sup> [https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual\\_de\\_uso\\_do\\_PROAD\\_usuarios\\_externos\\_2025.pdf](https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual_de_uso_do_PROAD_usuarios_externos_2025.pdf)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

[saude/](#)

14.2. Durante o período de execução contratual, a contratada deverá, na periodicidade correspondente à natureza do objeto, enviar a Nota Fiscal Eletrônica através do módulo de Execução Financeira do SIGEO-JT, sob pena de não pagamento.

14.3. Eventuais dúvidas sobre o cadastro no sistema poderão ser dirimidas através do e-mail [cadastro.execucaofinanceira@trt2.jus.br](mailto:cadastro.execucaofinanceira@trt2.jus.br).

### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Não haverá exigência de prestação de garantia de execução nesta contratação.

### **16. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

16.1. A disciplina acerca do reajuste e do equilíbrio econômico-financeiro está disposta nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

### **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como de fiscalização estão previstos no instrumento contratual anexo ao presente edital.

### **18. DO PAGAMENTO**

18.1. O pagamento será efetuado nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

### **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Comete infração administrativa o licitante que:

- 19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- 19.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
- 19.1.4. ensejar o retardamento do certame;
- 19.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 19.1.6. fraudar a licitação;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

19.2. Mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas aos licitantes e/ou adjudicatários, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

19.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;

19.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

19.3. Considera-se não manter a proposta a ausência de envio, a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, não enviar proposta/planilha adequada ao último lance ofertado ou após negociação, deixar de apresentar amostra, não enviar documentos solicitados ou não prestar esclarecimentos em sede de diligência, o pedido de desclassificação da proposta formulado pelo licitante, quando encerrada a etapa competitiva e desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração que impossibilite o seu cumprimento.

19.4. Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; prestar informações falsas; apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

19.5. Considera-se retardar a execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.

19.6. Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros;

19.6.1. A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio;

19.7. Em caso de inexecução parcial ou total das condições de contratação, erros ou atrasos na execução e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas as sanções administrativas conforme disposto no instrumento contratual.

19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

19.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

19.10. Os procedimentos instituídos para apuração de responsabilidades referentes à eventuais infrações administrativas observarão as disposições do Ato GP n. 24, de 27 de maio de 2022 deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, e caso a continuidade não seja agendada nesse momento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

20.2. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

20.3. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "enviar anexo" do sistema, a critério do agente de contratação, poderá ser utilizado para encaminhamento de documentos o endereço eletrônico [licita@trt2.jus.br](mailto:licita@trt2.jus.br).

20.4. Quaisquer documentos inseridos no Sistema Compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo agente de contratação.

20.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Divisão de Licitações, situada na Avenida Marquês de São Vicente nº 235, Bloco B, 1º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001.

20.5. A assinatura de documentos resultantes deste pregão eletrônico será exclusivamente digital, realizada através de assinatura eletrônica qualificada, baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), ou através de assinatura eletrônica avançada (definida no inciso II, art. 4º da lei nº 14.063/2020), considerada válida para todos os efeitos legais, e será realizada através do Portal PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), que é um sistema de gestão virtual de documentos e processos administrativos.

20.5.1. As orientações para acesso e utilização do Portal PROAD estão dispostas no Manual de uso do PROAD para usuários (as) externos (as) ao Tribunal.<sup>2</sup>

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

---

<sup>2</sup> [https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual\\_de\\_uso\\_do\\_PROAD\\_usuarios\\_externos\\_2025.pdf](https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual_de_uso_do_PROAD_usuarios_externos_2025.pdf)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

20.6.1. São considerados dias de expediente os descritos no Art. 62, I, da lei 5.010/1966.

20.7. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste edital.

20.8. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. A solicitação deve ser encaminhada ao e-mail [licita@trt2.jus.br](mailto:licita@trt2.jus.br).

20.9. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

20.10. Os anexos listados no sumário, integram este edital, para todos os fins e efeitos.

20.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

*São Paulo, (data e hora da assinatura digital)*

**Aquiles José Malvezzi**

Diretor da Secretaria de Processamento e  
Acompanhamento de Contratos e Licitações



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO I  
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, e serviços de segurança Anti-DDoS.

GRUPO 1 (G1)		
Item	Descrição	Velocidade
1	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Ed. Sede (Consolação)	2,5 Gbps

GRUPO 2 (G2)		
Item	Descrição	Velocidade
2	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Ed. Sede (Consolação) - Atual contratada: Hostfiber	2,5 Gbps
3	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Fórum Ruy Barbosa (Barra Funda) - Novo link	2,5 Gbps

1.2. **Grupo 1 (G1):** Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por enlace de fibra óptica, com velocidade de banda de 2,5 Gbps para o Edifício Sede.

1.2.1. Local de instalação dos acessos: Rua da Consolação, número 1272, CEP 01302-906, Consolação, São Paulo/SP.

1.2.2. O local de instalação poderá ser alterado durante a vigência contratual do local disposto no item 1.2.1, sem ônus adicionais, para o endereço Avenida Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001.

1.3. **Grupo 2 (G2):** Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por enlace de fibra óptica, com:

1.3.1. Velocidade de banda de 2,5 Gbps para o Edifício Sede.

1.3.1.1. Local de instalação dos acessos: Rua da Consolação, número 1272, CEP 01302-906, Consolação, São Paulo/SP.

1.3.1.2. A data estimada para o início da prestação do serviço é 03/06/2006.

1.3.1.3. O local de instalação poderá ser alterado durante a vigência contratual do local disposto no item 1.3.1.1, sem ônus adicionais, para o endereço Avenida Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001;

1.3.2. Velocidade de banda de 2,5 Gbps para o Fórum Ruy Barbosa.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

1.3.2.1. Local de instalação dos acessos: Avenida Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001.

1.3.2.2. A data estimada para o início da prestação do serviço é 03/06/2006.

1.3.2.3. O local de instalação poderá ser alterado durante a vigência contratual do local disposto no item 1.3.2.1, sem ônus adicionais, para o endereço Rua da Consolação, número 1272, CEP 01302-906, Consolação, São Paulo/SP.

1.4. A empresa que vencer o Grupo 1 (G1) não poderá ser a mesma que vencer o Grupo 2 (G2) e vice-versa.

1.5. Como há, no CONTRATANTE, uma política interna de redução de riscos por redundância, e empresas diferentes para cada um dos enlaces, a empresa Hostfiber Comunicação Multimídia Ltda. ficará impedida de participar da contratação do link para o Grupo 1 (G1), podendo participar somente da contratação dos links do Grupo 2 (G2).

## **2. REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS PARA OS GRUPOS 1 E 2 (G1 E G2)**

2.1. O serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil compreende o fornecimento, dimensionamento, instalação, configuração, monitoração, operação, gerenciamento e manutenção de equipamentos e recursos (roteadores, modems, estações de gerenciamento, meios de transmissão, cabeamento, acessórios necessários e outros) necessários para o provimento do serviço;

2.2. A infraestrutura descrita no item 2.1 deve possuir as seguintes características:

2.2.1. Ser dedicada a este CONTRATANTE, não sendo compartilhada com nenhum outro cliente;

2.2.2. Apresentar capacidade de transferência de dados de, no mínimo, 2,5 Gbps (compondo uma capacidade agregada de 5 Gbps, somatória de capacidades de transmissão / recepção simultâneas à velocidade de 2,5 Gbps), medida no ponto de entrega ao CONTRATANTE;

2.2.3. O acesso para o tráfego de dados deverá ser realizado por meio físico constituído de enlace de fibra óptica;

2.3. Configurações lógicas de protocolo TCP/IP:

2.3.1. O CONTRATANTE possui ASN (Autonomous System Number) e bloco IP próprios, delegados pelo Registro.br;

2.3.2. O serviço de resolução de nomes de domínio (DNS) está hospedado na nuvem e gerenciado pela equipe técnica do CONTRATANTE;

2.3.3. A CONTRATADA deverá possuir ASN próprio;

2.3.4. A CONTRATADA deverá fornecer uma faixa de endereçamento IP com tamanho suficiente





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

para interligação de todos os equipamentos envolvidos na ativação do link;

2.3.5. A CONTRATADA deverá divulgar rota para faixa de IPs, de modo a permitir o trânsito de tráfego diretamente para a rede do CONTRATANTE;

**2.4. Características do backbone Internet da CONTRATADA:**

2.4.1. Capacidade total interna (soma da capacidade de transmissão / recepção de dados de todas as conexões entre Pontos de Presença, Centros de Roteamento e Pontos de Troca de Tráfego) mínima de 5 Gbps;

2.4.2. A CONTRATADA deverá possuir pelo menos 2.000 endereços de protocolo IP válidos, dentro do intervalo de endereços disponíveis para o backbone IP no Brasil;

2.4.3. Deve possuir conexões redundantes entre:

2.4.3.1. Diferentes POP's, distribuídos em localidades geográficas distintas;

2.4.3.2. Entre POPs e Centros de Roteamento ou entre POPs e Pontos de Troca de Tráfego, também distribuídos em localidades geográficas distintas;

2.4.4. Deve possuir conexões com backbones internacionais (Europa, EUA e América Latina) redundantes, com capacidade total (soma da capacidade de transmissão / recepção de dados de todas as conexões) de, no mínimo, 20 Gbps;

**2.5. Os equipamentos a serem instalados no domicílio do CONTRATANTE devem possuir as seguintes características mínimas obrigatórias:**

2.5.1. Devem ser instalados dentro de rack padrão 19 polegadas, de propriedade da CONTRATADA;

2.5.2. 02 (duas) portas para conexão 10Gbase-X, com conector padrão SFP+, TenGigabitEthernet, com taxa de transferência de 20000 Mbps dedicados por porta. Estas portas devem possuir as seguintes características:

2.5.2.1. Capacidade de negociação automática com o equipamento conectado, de acordo com a versão mais recente e vigente do padrão IEEE 802.3, dos seguintes parâmetros (característica comumente conhecida como Auto Negotiation):

a. Velocidade de 20000 Mbps de transmissão e recepção;

b. Transmissão / Recepção simultânea (full duplex);

2.5.2.2. Deverá acompanhar o equipamento, os transceivers, os cabos tipo fibra ótica, e demais acessórios necessários para conexão às portas de rede local do CONTRATANTE;

2.5.2.3. A conexão entre os equipamentos da CONTRATADA e a rede do CONTRATANTE será realizada de forma redundante, ou seja, as duas portas de conexão serão utilizadas simultaneamente, caso ocorra falha na comunicação envolvendo a porta ativa, a outra



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

porta conectada assumirá a comunicação de forma automática;

2.5.3. Deve estar de acordo com as versões mais recentes e vigentes dos seguintes padrões: 802.3, 802.1p, 802.1q, 802.1D;

2.5.4. Deve possuir características de priorização de tráfego IP versão 4 (IPv4) e IP versão 6 (IPv6):

2.5.4.1. Classificação do tráfego de pacotes e quadros recebidos e enviados pelo equipamento em classes de tráfego distintas;

2.5.4.2. Marcação e Remarcação do cabeçalho de pacotes e quadros, possibilitando:

- a. Configuração de DiffServ Code Points, atribuindo ou substituindo valores já definidos no cabeçalho do pacote;
- b. Configuração de códigos de priorização do padrão 802.1p, atribuindo ou substituindo valores já definidos no cabeçalho do quadro;
- c. Configuração de códigos de priorização IP TOS, atribuindo ou substituindo valores já definidos no cabeçalho do pacote;

2.5.4.3. Programação de classes de tráfego para as filas de prioridade das portas do equipamento;

2.5.4.4. Policiamento da capacidade da banda disponível para fluxos de tráfego de saída nas portas do equipamento (característica conhecida como rate limiting);

2.5.4.5. O equipamento deve permitir que o tráfego que será manipulado pelas características descritas nos itens 2.5.4.1 a 2.5.4.4 possa ser agrupado através da verificação dos seguintes parâmetros:

- a. Endereços de protocolo IP de origem e de destino configurados nos cabeçalhos dos pacotes;
- b. Marcações de priorização DiffServ (DiffServ Code Points) presentes nos cabeçalhos dos pacotes;
- c. Marcações de priorização IP TOS presentes nos cabeçalhos dos pacotes;

2.5.5. Gerenciamento de congestionamento em IPv4 e IPv6:

2.5.5.1. O equipamento deve possibilitar a configuração dos seguintes protocolos de tratamento de filas:

- a. FIFO;
- b. WFQ ou WRR;
- c. Priority Queuing ou Strict Priority;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

2.5.5.2. Deve implementar técnicas de descarte de pacotes baseadas em Tail Drop e RED (Random Early Detection), esta última com suporte à configuração de priorização DiffServ, baseando a probabilidade de descarte de acordo com a configuração da priorização dos pacotes;

2.5.5.3. Deve possibilitar a alocação da banda disponível do enlace por aplicação IP, com múltiplas filas de prioridade;

2.5.6. Característica de controle de tráfego IPv4 e IPv6 através de listas de controle de acesso (ACL - Access Control List):

2.5.7. ACL's configuráveis para filtragem de pacotes com base em características das camadas 2/3/4 do modelo de referência TCP/IP IPv4 e IPv6;

2.5.7.1. Filtragem do tráfego utilizando endereços MAC (MAC Address) de origem e destino configurados no cabeçalho do quadro;

2.5.7.2. Filtragem do tráfego utilizando endereços de protocolo IP de origem e de destino configurados no cabeçalho do pacote;

2.5.8. As listas de controle de acesso devem ter a capacidade de efetuar as seguintes ações sobre o tráfego selecionado:

2.5.8.1. Negar o tráfego (deny);

2.5.8.2. Permitir o tráfego (permit);

2.5.9. Roteamento para protocolo IPv4 e IPv6:

2.5.9.1. Compatibilidade com os padrões RFC4271 BGP4 e RFC4760 extensão BGP para IPv6;

2.5.9.2. A CONTRATADA deverá estabelecer sessão BGP com os roteadores principal e secundário do CONTRATANTE;

2.5.9.3. A sessão BGP deverá prover a tabela de roteamento global (full routing) ou parcial (partial routing) de acordo com o interesse do CONTRATANTE;

2.5.9.4. A CONTRATADA deverá divulgar o ASN e os prefixos IP do CONTRATANTE na tabela BGP global através de seus peers;

2.5.9.5. Essa divulgação deve abranger eventual configuração do parâmetro AS path prepending assim como do MED (Multi Exit Discriminator) feita pelo CONTRATANTE, de forma a permitir o direcionamento e balanceamento do tráfego de entrada entre os prédios da Sede (Rua da Consolação) e do Fórum Ruy Barbosa

2.5.9.6. A CONTRATADA deverá prover a relação de suas communities BGP;

2.5.10. Roteamento de tráfego Multicast para protocolo IPv4 e IPv6:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

2.5.10.1. Implementando protocolo PIM/DM v1;

2.5.10.2. Implementando protocolo PIM/SM (RFC 7761);

2.5.11. Alimentação elétrica:

2.5.11.1. Deverá trabalhar com tensões de entrada de 110 e 220 V, com detecção automática da tensão;

2.5.11.2. Deverá possuir 2 (duas) fontes de alimentação, implementadas em redundância:

a. Em caso de queda do circuito de alimentação ou defeito em uma delas, a outra passa a fornecer a energia necessária ao funcionamento normal do equipamento, sem que ocorra o desligamento do mesmo;

b. Deverá permitir substituição de qualquer uma das fontes com o equipamento em operação.

**3. IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES ENTRE O DOMICÍLIO DO CONTRATANTE E O PONTO DE PRESENÇA DA CONTRATADA**

3.1. Após a confirmação da assinatura do contrato pela CONTRATADA, a mesma deve:

3.1.1. Enviar para o e-mail [redes-ti@trt2.jus.br](mailto:redes-ti@trt2.jus.br) documento eletrônico, assinado digitalmente pelo representante legal da CONTRATADA, com as seguintes informações:

3.1.1.1. O bloco de endereços de protocolo IP válidos, conforme item 2.3.4;

3.1.1.2. Acordo de Nível de Serviços (SLA) conforme especificado no item 4 e demais subitens, com as informações solicitadas;

3.1.2. Enviar para o e-mail [redes-ti@trt2.jus.br](mailto:redes-ti@trt2.jus.br) documento eletrônico, assinado digitalmente pelo representante legal da CONTRATADA, com as seguintes informações:

3.1.2.1. O diagrama com a topologia das conexões físicas entre o domicílio do CONTRATANTE e o ponto de presença da CONTRATADA, contendo todos os componentes da infraestrutura relacionada no item 2.1;

3.1.2.2. Nome do fabricante, modelo, número de série e versão de software (quando couber) dos equipamentos ativos e passivos utilizados na infraestrutura;

3.1.2.3. A CONTRATADA deve encaminhar listagens contendo as configurações efetuadas em todos os equipamentos da infraestrutura a ser instalada;

3.2. Será considerada concluída a instalação quando satisfeitas as seguintes condições:

3.2.1. Instalação da totalidade da infraestrutura;

3.2.2. Disponibilidade dos relatórios solicitados nos itens 4.4.1 e 4.4.2 do Acordo de Nível



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

de Serviço;

3.2.2.1. A CONTRATADA deve informar os endereços eletrônicos (URL's), bem como nome de usuário e senha para acesso aos relatórios;

3.3. Atendidos os requisitos do item 3.2, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório;

3.4. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços de instalação da solução contratada será lavrado em até 15 (quinze) dias úteis após o Recebimento Provisório;

3.4.1. Dentro deste prazo, será verificado, por parte do CONTRATANTE, o funcionamento do Serviço, de acordo com os requisitos deste edital e com as informações constantes da proposta da CONTRATADA;

3.4.2. Durante este período, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a execução dos testes previsto no item 4.2.6 e subitens relacionados, com acompanhamento da área técnica do CONTRATANTE;

3.4.3. Caso ocorram anomalias de Severidade 0 ou I, conforme descrito no item 4.2.1 e subitens relacionados, será interrompida a contagem do prazo de Recebimento Definitivo;

3.4.3.1. Restaurado o funcionamento normal do Serviço, será iniciada nova contagem do prazo para o Recebimento Definitivo, de novos 15 (quinze) dias úteis;

3.4.3.2. Serão admitidas no máximo 3 (três) ocorrências de anomalias de Severidade 0 ou I durante o período de aceitação provisória;

3.4.3.3. O prazo máximo para solução de cada ocorrência de anomalias durante o prazo de aceitação definitiva é de 3 (três) dias;

3.4.3.4. Caso o prazo descrito no item 3.4.3.3 acima não seja cumprido, serão aplicadas as penalidades relacionadas descritas no instrumento contratual;

3.4.3.5. Caso seja ultrapassado o número de anomalias previstas no item 3.4.3.2, serão aplicadas as penalidades relacionadas descritas no instrumento contratual;

3.5. Após o recebimento da documentação especificada no item 3.2 e subitens relacionados, o CONTRATANTE encaminhará para os contatos relacionados no Acordo de Nível de Serviço, as seguintes definições de configuração a serem aplicadas nos equipamentos fornecidos pela CONTRATADA:

3.5.1. Definições para configuração de protocolo SNMP;

3.5.1.1. A CONTRATADA deve disponibilizar comunidade SNMP com acesso de leitura e permitir a configuração de envio de traps para o software de gerenciamento do CONTRATANTE;

3.5.2. Definições para configuração de encaminhamento de mensagens para serviço



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

SYSLOG;

3.5.3. Definições para configuração de sincronia de horário.

#### **4. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)**

##### **4.1. Gestão Administrativa:**

4.1.1. A CONTRATADA deve relatar nome e informações de contato (números de telefone fixo, endereços de correio eletrônico e dispositivo móvel – telefone) do funcionário da CONTRATADA e de um eventual substituto, que serão designados, durante a implantação do projeto, pelo relacionamento com o CONTRATANTE. Estes funcionários serão os responsáveis pelo recebimento das informações de configuração, bem como pela solução de qualquer pendência referente à implantação, como por exemplo, a realização de ajustes no cronograma;

4.1.2. Caso os funcionários mencionados no item 4.1.1 sejam responsáveis somente pela implantação do projeto, deverão também ser relatados os nomes e informações de contato (números de telefone fixo, endereços de correio eletrônico e dispositivo móvel – telefone) do funcionário que será responsável pelo relacionamento com o CONTRATANTE durante o prazo de duração do contrato e seu eventual substituto, aos quais serão encaminhadas questões técnicas, tais como: pedidos de modificação das configurações lógicas ou de parâmetros de comunicação dos equipamentos instalados, e pendências referentes ao suporte ao serviço (não cumprimento de prazos, não atendimento às especificações do Acordo de Nível de Serviço);

##### **4.2. Especificação de nível de serviço:**

4.2.1. Para este SLA, as anormalidades de funcionamento da infraestrutura de telecomunicações, especificada no item 2.1 e subitens relacionados, são classificadas da seguinte forma:

4.2.1.1. Severidade 0: interrupção do tráfego de entrada e saída de/para o backbone Internet;

4.2.1.2. Severidade I: diminuição do desempenho da infraestrutura de telecomunicações, abaixo do requisito especificado no item 2.2.2;

4.2.1.3. Severidade II: Qualquer anomalia que pode vir a causar as Severidades 0 e I;

4.2.1.4. Severidade III: qualquer anomalia que altere o padrão de funcionamento e garantia de nível de serviço;

4.2.2. Para este SLA, a responsabilidade da CONTRATADA estende-se até o limite de sua infraestrutura;

4.2.3. Gerenciamento pró-ativo da infraestrutura:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

4.2.3.1. Gerenciamento 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana);

4.2.3.2. Detecção de anormalidades:

a. Caso o gerenciamento pró-ativo detecte alguma anomalia de Severidade II ou III, deve notificar a área técnica do CONTRATANTE;

b. A notificação deve conter:

b.1. Qual o componente da infraestrutura que apresenta a anomalia;

b.2. Qual é a anomalia detectada;

b.3. Qual é a solução da anomalia detectada;

b.4. Qual é o tempo de operação necessário para que a anomalia gere Severidade 0 ou Severidade I;

b.5. Caso a solução a ser aplicada cause a interrupção da operação normal do enlace com problema ou diminuição do desempenho, deve ser informado ao CONTRATANTE o tempo de interrupção previsto, e sugerido um agendamento (data e horário) para a interrupção, para aprovação do CONTRATANTE;

b.6. A notificação deverá ser enviada em até 4 (quatro) horas, contadas a partir do momento em que a anomalia for detectada;

b.7. Caso o CONTRATANTE não aprove o agendamento proposto pela CONTRATADA, deve definir o agendamento a ser seguido pela CONTRATADA nos seguintes prazos: para notificações recebidas durante o horário de expediente, prazo máximo de 2 (duas) horas do recebimento da notificação; para notificações recebidas fora do horário de expediente, em 2 (duas) horas contabilizadas a partir do horário do início do expediente subsequente;

c. Caso a anomalia seja classificada como Severidade 0 ou I, pode ser sanada sem consulta prévia ao CONTRATANTE, e as providências para resolução devem ser tomadas sem que seja necessário que o CONTRATANTE efetue a abertura de ocorrência junto ao suporte técnico;

d. Neste caso, a CONTRATADA deve encaminhar notificação relatando:

d.1. Qual é a anomalia que causou a severidade;

d.2. Qual a solução aplicada e qual a duração da interrupção (em minutos);

d.3. Identificação do recurso que apresentou anomalia, com caracterização de marca, modelo e número de série (quando aplicável), bem como do local de instalação do equipamento;

d.4. A notificação deve ser enviada em até 4 (quatro) horas, contadas a partir





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

do momento em que a anomalia é solucionada;

4.2.4. Solução de anomalias:

4.2.4.1. Suporte técnico 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), por telefone, através de ligação gratuita tipo 0800 ou telefone fixo localizado na cidade de São Paulo, com atendimento às chamadas na Língua Portuguesa;

4.2.4.2. A solução de anomalias compreende:

- a. Solução de anomalias detectadas pela gerência pró-ativa;
- b. Solução de anomalias a pedido do CONTRATANTE, a partir de ocorrências relatadas ao serviço de suporte descrito no item 4.2.4.1;

4.2.4.3. O prazo máximo para solução definitiva e total de anomalias classificadas como Severidade 0 ou I, ocorridas no enlace, é de 4 (quatro) horas;

4.2.4.4. O prazo máximo para solução definitiva e total de anomalias classificadas como Severidade II ou III ocorridas no enlace, é de 2 (dois) dias;

4.2.4.5. Caso seja necessário o deslocamento de técnico da CONTRATADA ao domicílio do CONTRATANTE, para a solução da anomalia, deve-se observar:

- a. No horário entre 08h00min e 20h00min, haverá acompanhamento da área técnica da CONTRATADA;
- b. Fora deste horário, o técnico terá o acompanhamento da equipe de segurança patrimonial deste CONTRATANTE;
- c. Em qualquer caso, o técnico deve se identificar apresentando o crachá da CONTRATADA e ordem de serviço, em 2 (duas) vias, contendo: número da ocorrência, horário de abertura, nome e endereço do cliente que deve ser atendido, e descrição do serviço a ser executado;
- d. O técnico deverá preencher o registro de entrada no edifício do CONTRATANTE, de acordo com os requisitos da equipe de segurança deste regional;
- e. Caso seja necessária a substituição de componentes da infraestrutura descrita no item 2.1 e seus subitens relacionados, deve ser apresentada nota fiscal do novo equipamento a ser instalado, ficando 1 (uma) via retida pela equipe de segurança;
- f. Em caso de retirada de equipamento, deve ser apresentada solicitação de retirada encaminhada a este CONTRATANTE, em 3 (três) vias, informando a marca, o modelo e o número de série do equipamento retirado. 2 (duas) vias da solicitação ficarão retidas pela equipe de segurança;
- g. Terminado o atendimento, 1 (uma) via da ordem de serviço ficará retida pela



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

equipe de segurança patrimonial;

4.2.4.6. O CONTRATANTE efetuará monitoramento da infraestrutura de telecomunicações, e comparará os registros de tempo das ocorrências do seu gerenciamento com os da CONTRATADA, para verificar o cumprimento do prazo do item 4.2.4.3;

4.2.4.7. Para anomalias de Severidade II ou III, cuja solução pode ser agendada, o prazo de solução poderá ultrapassar aquele especificado no item 4.2.4.4, dependendo do agendamento acordado com o CONTRATANTE;

4.2.4.8. Os equipamentos componentes da infraestrutura descrita no item 2.1 que apresentarem, em um período de 60 (sessenta) dias corridos, ocorrências de mau funcionamento, de acordo com os itens que seguem, deverão ser substituídos em até 15 (quinze) dias corridos contados da formalização da ocorrência:

- a. Equipamento inoperante: a partir da 2a. (segunda) ocorrência constatada;
- b. Equipamento apresentando funcionamento irregular: a partir da 3a. (terceira) ocorrência constatada;

4.2.5. A CONTRATADA deve atualizar o(s) softwares dos componentes da infraestrutura descrita no item 2.1 e demais subitens;

4.2.5.1. A CONTRATADA deve manter todos os equipamentos instalados no ambiente computacional do CONTRATANTE atualizados, com versões ainda suportadas pelo fabricante e patches de segurança aplicados. As atualizações devem ser agendadas e combinadas junto ao CONTRATANTE.

4.2.5.2. Sempre que ocorrer atualização, a CONTRATADA deve encaminhar ao CONTRATANTE a documentação especificada nos itens 3.1.2.1, 3.1.2.2 e 3.1.2.3, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a realização da manutenção;

4.2.5.3. As atualizações deverão ser comunicadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 1 (um) dia;

4.2.5.4. A CONTRATADA deve enviar notificação ao CONTRATANTE, conforme os requisitos abaixo:

- a. Devem ser especificados os equipamentos nos quais serão realizados os procedimentos (especificação contendo marca, modelo e número de série), bem como o local de instalação do equipamento;
- b. Deve ser informado ao CONTRATANTE o tempo de interrupção previsto da operação dos enlaces (de tal forma que um deles permaneça operante, sem interromper o fluxo de tráfego), e sugerido um agendamento (data e horário) para a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

interrupção, para aprovação do CONTRATANTE;

c. Caso o CONTRATANTE não aprove o agendamento proposto pela CONTRATADA, irá propor o agendamento a ser seguido;

4.2.6. A CONTRATADA deverá efetuar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os seguintes procedimentos de testes, sem custo adicional ao preço mensal dos serviços:

4.2.6.1. Verificação da integridade e da qualidade de funcionamento de todos os componentes da infraestrutura descrita no item 2.1 e demais subitens:

a. Testes de qualidade de meio físico;

b. Análise de nível de sinal;

c. Análise das características recomendadas do cabeamento utilizado (verificação do nível de impedância, do nível de ruído, interferências NEXT, taxa de erro de bit, verificação de distâncias recomendadas por normas);

d. Execução de testes dos equipamentos ativos;

4.2.6.2. Análise do tráfego de entrada e saída, através da captura de pacotes de protocolo IP;

4.2.6.3. Análise do tráfego de entrada e saída, através da captura de quadros da tecnologia de camada 2, adjacente ao meio físico;

4.2.6.4. O prazo máximo para execução dos testes solicitados é de 6 (seis) horas, após a abertura de ocorrência no suporte técnico;

4.2.7. Fica estabelecido como prazo máximo de execução de alteração das configurações descritas no item 3.5 e demais subitens relacionados: 4 (quatro) horas;

4.2.8. Ficam estabelecidos como prazos máximos de execução e de resposta à solicitação de proposta/orçamento para alteração de capacidade da infraestrutura, que não necessitem de modificação da infraestrutura já instalada: execução em até 10 (dez) dias corridos após a celebração de Termo de aditamento ao contrato original. A CONTRATADA deverá responder à solicitação de proposta/orçamento em até 72 (setenta e duas) horas, com a sua apresentação contendo o novo valor mensal do serviço;

4.2.9. Ficam estabelecidos como prazos máximos de execução e de resposta à solicitação de proposta/orçamento para alteração de capacidade da infraestrutura, que necessitem de modificação da infraestrutura já instalada: execução em até 30 (trinta) dias corridos após a celebração de Termo de aditamento ao contrato original. A CONTRATADA deverá responder à solicitação de proposta/orçamento em até 72 (setenta e duas) horas, com a sua apresentação contendo o novo valor mensal do serviço;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

4.2.9.1. Neste caso, a infraestrutura atual deve permanecer em funcionamento, admitindo-se duas hipóteses para a execução dos serviços:

a. Construção de nova infraestrutura, em paralelo à atualmente existente, com migração da estrutura em operação para a nova estrutura;

a.1. Neste caso, aplicam-se os requisitos descritos nos itens 3.3 e 3.4 e subitens relacionados;

b. Migração gradual da infraestrutura atual, com apresentação de cronograma detalhando os procedimentos necessários, bem como data e horário de início/término dos procedimentos, e especificação dos recursos utilizados. Os procedimentos que exigirem a paralisação do funcionamento do serviço prestado devem ter sua execução agendada de acordo com a especificação do CONTRATANTE;

4.3. Garantias de nível de serviço:

4.3.1. Durante o prazo de vigência do contrato, a partir da data de recebimento definitivo da implantação da infraestrutura de comunicação, o serviço deve estar disponível para utilização pelo CONTRATANTE 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em conformidade com os requisitos mínimos obrigatórios deste edital;

4.3.1.1. As paralisações deverão ser comunicadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;

4.3.1.2. As paralisações deverão ocorrer entre 20h00 e 06h00;

4.3.1.3. Garantia de disponibilidade de 99,7% mensal;

4.3.1.4. Latência de acesso máxima aceitável entre 5ms e 10ms, medida entre o ponto de entrega do serviço no CONTRATANTE e o primeiro ponto de presença (POP) da CONTRATADA Latência Média Mensal máxima de 150 ms;

4.3.1.5. Variação de latência (Jitter) máxima de 5ms;

4.3.1.6. Taxa de Perda de Pacotes aceitável até 0,1%;

4.3.1.7. O CONTRATANTE verificará mensalmente a disponibilidade dos serviços, segundo a fórmula a seguir:

$$D = (T_{tmen} - T_{pprog} - T_{pnp}) / (T_{tmen} - T_{pprog});$$

Onde:

D: disponibilidade;

T<sub>tmen</sub>: tempo total de operação no mês em minutos (1 mês = 43.200 minutos);

T<sub>pprog</sub>: tempo de parada programada no mês, em minutos;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

TPnp: tempo de parada não-programada no mês, em minutos;

4.4. Gerenciamento de nível de serviço:

4.4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de endereço eletrônico, on-line, em tempo real, com acesso às informações restrito ao CONTRATANTE, através de autenticação com utilização de usuário com senha e segundo fator de autenticação, os relatórios seguintes:

4.4.1.1. Relatório de utilização da capacidade dos enlaces descritos no item 2.2.3., com histórico, diferenciado por TX e RX, com informação de utilização atual, pico e média, nas frequências:

- a. Diária, com coleta de 12 (doze) valores de referência por hora e apresentação através de gráfico de linha/área, contendo as últimas 48 (quarenta e oito) horas;
- b. Semanal, com coleta de 48 (quarenta e oito) valores de referência por dia e apresentação através de gráfico de linha/área, contendo os últimos 10 (dez) dias;
- c. Mensal, com coleta de 84 (oitenta e quatro) valores de referência por semana e apresentação através de gráfico de linha/área contendo as últimas 6 (seis) semanas.

4.4.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de endereço eletrônico on-line, relatórios sobre os seguintes índices de nível de serviço de seu backbone:

- 4.4.2.1. Registro com histórico de medição da latência máxima;
- 4.4.2.2. Registro com histórico de medição da taxa de perda de pacotes;
- 4.4.2.3. Registro com histórico de medição da taxa de disponibilidade média;

4.4.3. Os relatórios descritos nos itens 4.4.1 e 4.4.2, com seus subitens relacionados, devem ser apresentados na forma de páginas HTML, contendo gráficos e tabelas nos formatos GIF, JPG e PNG;

4.4.4. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura, relatório informando:

4.4.4.1. Relatório de ocorrências reportadas pelo CONTRATANTE junto ao suporte técnico no período de faturamento, com as seguintes informações:

- a. Detalhamento da anomalia, com especificação do equipamento que apresentou anomalia (marca, modelo e número de série), bem como o local de instalação do equipamento, identificação da Severidade;
- b. Data e horário em que a ocorrência foi relatada ao suporte da CONTRATADA ou foi detectada pela gerência pró-ativa;
- c. Data e horário em que a ocorrência foi sanada e tempo (em horas) decorrido entre a abertura da ocorrência e sua resolução;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

- d. Detalhamento da solução da ocorrência;
  - e. Nome do técnico do CONTRATANTE que confirmou a solução da ocorrência;
  - f. Quantidade total de ocorrências reportadas pelo CONTRATANTE naquele período de faturamento;
- 4.4.4.2. Relatório de indisponibilidades ocorridas no período do faturamento, com as seguintes informações:
- a. Data e hora da ocorrência;
  - b. Data e hora do restabelecimento do serviço;
  - c. Descontos no valor da fatura atual pelo montante de tempo indisponível;
  - d. Para fins de elaboração deste relatório, qualquer paralisação, causada por enlace ou equipamento de responsabilidade da CONTRATADA, deverá ser considerada como indisponibilidade do serviço;
  - e. Qualquer indisponibilidade ocorrida no período de faturamento deverá refletir em desconto financeiro da respectiva Nota Fiscal/fatura, ficando a CONTRATADA sujeita às demais penalidades previstas em Contrato.

## **5. SERVIÇO DE PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES DE NEGAÇÃO DE SERVIÇOS (DOS/-DDOS)**

- 5.1. A solução anti-ataque deverá possuir funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataque, mantidas em operação de forma ininterrupta durante as 24 horas do dia, 7 dias da semana e 365 dias do ano;
- 5.2. Possuir proteção contra ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS na sigla em inglês) que atendam aos seguintes requisitos:
- 5.2.1. Proteção contra ataques de Volumes Massivos;
  - 5.2.2. Proteção contra ataques do tipo Exaustão de Recursos;
- 5.3. A CONTRATADA deverá prover o serviço de mitigação de ataques de negação de serviço (DoS – Denial of Service) para o circuito de conectividade IP dedicada à Internet, tanto para IPv4 quanto para IPv6, sejam eles distribuídos (DDoS – Distributed Denial of Service) ou não;
- 5.4. Serão admitidas somente soluções baseadas no monitoramento não intrusivo do tráfego e mitigação no backbone da CONTRATADA;
- 5.5. O ataque deve ser mitigado na estrutura da CONTRATADA, separando o tráfego legítimo do malicioso, de modo que os serviços continuem disponíveis aos seus usuários;
- 5.6. A proteção deverá operar sem exigir o desligamento de qualquer outro circuito de acesso;
- 5.7. Possuir monitoramento de todos os IP's fornecidos;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

- 5.8. Não haverá limite de volume de tráfego máximo por ataque;
- 5.9. Quantidade de mitigações/ano: Ilimitado;
- 5.10. Não haverá taxa adicional por volume de mitigação de ataque nos IP's monitorados;
- 5.11. A solução ofertada não poderá afetar a visibilidade do endereço de origem das requisições, mantendo o tráfego legítimo livre de qualquer modificação;
- 5.12. O serviço deve ser capaz de prover proteção, no mínimo, contra ataques que explorem a capacidade dos canais de comunicação (ataques volumétricos, como ICMP Flood e UDP Flood), a capacidade de processamento de requisições da infraestrutura de redes (como SYN Flood e TCP Flag Abuses) ou a capacidade de processamento dos servidores de aplicação (como GET/POST Floods e DNS Reflection Attacks);
- 5.13. A solução deve permitir a proteção, no mínimo, do tráfego dos serviços web (HTTP/HTTPS), DNS, VPN, FTP e correio eletrônico;
- 5.14. O serviço deve suportar a mitigação de ataques que utilizam técnicas de spoofing (falsificação de endereços IP) utilizando algoritmos de desafio resposta, como SYN Cookies e TCP SYN authentication;
- 5.15. A solução deve possuir mecanismos para filtragem de pacotes anômalos, garantindo a validade das conexões, sem efetuar qualquer limitação com base no número de sessões ou de pacotes por endereço, de modo a evitar o bloqueio de usuários legítimos;
- 5.16. A CONTRATADA deverá manter uma lista dinâmica dos endereços bloqueados, retirando aqueles que deixarem de enviar requisições maliciosas após um intervalo de tempo considerado seguro;
- 5.17. A solução deve possuir a capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques, e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP;
- 5.18. Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou saturar as conexões do AS, devem ser tomadas contramedidas tais como aquelas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem no AS pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como Remote Triggered Black Hole;
- 5.19. O serviço deve ter capacidade de entrega de tráfego legítimo compatível com a capacidade total do circuito de acesso;
- 5.20. A mitigação dos ataques deverá ser feita desviando-se o tráfego do enlace contratado, realizando-se a "limpeza" do tráfego suspeito e devolvendo-se o tráfego considerado "limpo" ao link do CONTRATANTE.
- 5.21. Capacidade de Mitigação contratada:
- 5.21.1. A capacidade dos serviços de proteção deve ser compatível com a capacidade total do





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

circuito de acesso;

5.21.2. Considerar os seguintes níveis de atendimento da contratação de mitigação conforme abaixo:

5.21.2.1. Sem limite de volume de tráfego máximo por ataque;

5.22. As ocorrências de tais ataques devem ser reportadas mensalmente ao CONTRATANTE, indicando a data e hora do início do ataque, data e hora do início de atuação para eliminação ou mitigação do mesmo e data e hora do término do ataque (todos os horários seguem o horário de Brasília), se possível, o IP (ou Ips).

5.23. Sendo o serviço de “limpeza” de tráfego um recurso compartilhado entre os diversos clientes da solução Anti-DDoS da operadora, exige-se que a mesma disponha de uma capacidade mínima de tratamento de 10Gbps full-duplex;

5.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de interface web segura (https), com autenticação multifator, um serviço de monitoramento para acompanhamento do tráfego, visualização de alertas, dos ataques em curso, do processo de mitigação e emissão de diversos tipos de relatórios. Netflow, sflow ou outros;

5.25. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios mensalmente (até o 5º dia útil de cada mês), e/ou quando solicitado pelo CONTRATANTE (neste caso o prazo de 3 dias) para o CONTRATANTE;

5.26. Em nenhuma hipótese será aceito bloqueio de ataques DoS e DDoS por ACL's (Access Control List) em roteadores de borda da CONTRATADA.

5.27. Não serão aceitas soluções que contemplem equipamentos de mitigação no ambiente do CONTRATANTE, portanto, toda a infraestrutura de mitigação deverá ser instalada obrigatoriamente no backbone da CONTRATADA.

## **6. SERVIÇO DE PROTEÇÃO ANTI-DDOS**

6.1. A ativação do serviço de proteção contra ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS) deverá ser alinhada com o CONTRATANTE.

6.2. Suportar mitigação manual e/ou automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como listas permitidas, listas de bloqueio, limitação de taxa, técnicas desafio resposta, descarte de pacotes malformados, técnicas de mitigação de ataques volumétricos aos protocolos HTTP/S e DNS, bloqueio por localização geográfica de endereços IP, dentre outras.

6.3. Prover informações de origem de ataque dos países, ranges de IPs e características do tipo de ataque.

6.4. Serviço de atualização de assinaturas de ataques das soluções de detecção e mitigação.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

6.5. A CONTRATADA deverá prover o serviço de mitigação sem limitação de tempo de duração do ataque, com quantidade ilimitada de eventos de ataque ao longo da vigência contratual.

6.6. O CONTRATANTE deverá ser informado de possíveis ataques identificados pela CONTRATADA no prazo máximo de 2 (duas) horas.

6.7. O CONTRATANTE poderá comunicar à CONTRATADA, suspeitas de ataques que esteja sofrendo, cabendo à CONTRATADA uma análise e envio de relatório:

6.8. A comunicação em questão será por meio de abertura de chamado técnico de incidentes/eventos com severidade ALTA, conforme níveis mínimos de serviço acordados.

6.9. A CONTRATADA deverá realizar o bloqueio requisitado pelo CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos para a severidade ALTA, conforme níveis mínimos de serviço acordados.

6.10. O relatório deverá conter, pelo menos, situação de largura de banda utilizada e quantidade de endereços IPs bloqueados pela funcionalidade em uma determinada janela de tempo. A granularidade da janela mínima será de: últimas 24 (vinte e quatro) horas, última semana, último mês e últimos 3 (três) meses.

## **7. CARACTERÍSTICAS DA INFRAESTRUTURA DE SUPORTE ANTI-DDOS**

7.1. Possuir equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques com opção de atendimento através de telefone 0800 e/ou correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

7.2. Possuir, no mínimo, 2 (dois) centros de mitigação/limpeza para tráfego nacional na infraestrutura da CONTRATADA, cada um com capacidade de mitigação de 20 Gbps, e, no mínimo, 1 (um) centro de mitigação/limpeza para tráfego internacional na infraestrutura da CONTRATADA com capacidade de mitigação de 100 Gbps.

7.3. Evitar saturação da banda de Internet em caso de ataques distribuídos de negação de serviço (Distributed Denial of Service – DDoS) com capacidade de mitigar, no mínimo, 7 Gbps (largura de banda mínima garantida).

7.4. Em caso de saturação da banda de Internet do CONTRATANTE por ataques DDoS com capacidade inferior ao mínimo de 7 Gbps, a CONTRATADA deverá justificar o motivo de não mitigar o ataque DDoS, estando sujeita às penalidades expressas no instrumento contratual.

7.5. O bloqueio de ataques DoS e DDoS não serão realizados por ACLs em roteadores de borda.

7.6. A mitigação de ataques DDoS deve ser iniciada em até 10 (dez) minutos da emissão do alerta.

7.7. A mitigação dos ataques é realizada dentro do Brasil, sem encaminhamento do tráfego para limpeza fora do território brasileiro. Só será permitido desvio para fora do território brasileiro nos casos em que os centros nacionais não suportarem a capacidade de mitigação e a demanda de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

ataques. Nesse caso, a CONTRATADA deverá justificar em relatório mensal a ser apresentado ao CONTRATANTE;

7.8. Em momentos de ataques DoS e DDoS, todo tráfego limpo deve ser reinjetado na infraestrutura do CONTRATANTE através de túneis GRE (Generic Routing Encapsulation), configurado entre a plataforma de DoS e DDoS da CONTRATADA e o CPE do CONTRATANTE e/ou utilização da técnica VRF (Virtual Routing and Forwarding) via BGP Full.

## **8. PRAZOS:**

8.1. O serviço será prestado pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da implantação da infraestrutura de comunicação pela CONTRATADA;

8.2. A CONTRATADA deverá implantar (incluindo a instalação, ativação e disponibilização) toda a infraestrutura de comunicação necessária em uma única fase:

8.2.1. O prazo máximo de implantação do serviço é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato pelos representantes da CONTRATADA;

8.2.2. A data de início da instalação não poderá ocorrer em prazo inferior a 5 (cinco) dias ou superior a 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do contrato;

8.3. O prazo máximo para a entrega da documentação solicitada no item 3.2 e subitens relacionados é de 2 (dois) dias, contados da data da assinatura do contrato pela CONTRATADA.

## **9. GLOSAS**

9.1. Glosa por não atendimento ao prazo de solução final especificado no item 4.2.4.3 por anomalias classificadas como Severidade 0 ou I, equivalente a 3 (três) vezes o valor nominal do tempo em que o Serviço esteve inutilizável, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

9.1.1. Ultrapassado o período de 48 (quarenta e oito) horas será aplicada multa, conforme descrito no instrumento contratual.

9.2. Glosa por não solução final de anomalias classificadas como Severidade II ou III, conforme o agendamento especificado no item 4.2.4.4, equivalente ao valor nominal do tempo decorrido entre a ocorrência da anomalia e sua solução definitiva até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

9.2.1. Ultrapassado o período de 10 (dez) dias será aplicada multa, conforme descrito no instrumento contratual.

9.3. Glosa por não atendimento aos prazos estipulados no item 4 e subitens relacionados, exceto em relação aos itens 4.2.4.3 e 4.2.4.4 por possuírem penalidades específicas, cuja responsabilidade por



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

sua ocorrência seja da CONTRATADA: aplicação de descontos financeiros no valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês de prestação do serviço, limitado ao valor mensal do Serviço, conforme fórmula a seguir:

$$DSC = (I \times P / 43.200)$$

Onde:

DSC: desconto em R\$ (reais), relativo ao tempo de indisponibilidade no enlace, perda de pacotes acima do contratado, latência acima do contratado;

I: número total de minutos de não atendimento ao SLA, por qualquer um dos indicadores;

P: preço mensal do serviço;

43.200: tempo mensal, em minutos;

9.4. Em caso de não-atendimento ao acordo de nível de serviço (SLA) especificado, pelo período de 3 (três) meses consecutivos, será caracterizada a inexecução parcial do contrato;

9.5. Em caso de não-atendimento ao acordo de nível de serviço (SLA) especificado, pelo período de 6 (seis) meses não consecutivos dentro do prazo de duração da prestação do serviço, será caracterizada a inexecução parcial do contrato;

9.6. Em caso de não-atendimento ao acordo de nível de serviço (SLA) especificado, pelo período de 4 (meses), sendo 2 (dois) consecutivos dentro do prazo de duração da prestação do serviço, será caracterizada a inexecução parcial do contrato;

## **10. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

10.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de efetuar visitas técnicas às instalações da CONTRATADA, para verificar a conformidade aos requisitos descritos nos itens 2.2 e seus subitens relacionados;

10.2. Os equipamentos fornecidos pela CONTRATADA para o estabelecimento da comunicação serão de sua propriedade. Caberá ao CONTRATANTE apenas a posse direta dos equipamentos;

10.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de exigir ao licitante o fornecimento de listagem com a quantidade de endereços de protocolo IP, especificando: o endereçamento e máscara de cada rede, a quantidade de hosts e sub-redes contida em cada rede, o endereçamento e máscara de cada sub-rede e a quantidade de hosts contidas em cada sub-rede, para comprovação do atendimento ao item 2.4.2. Os endereços informados serão verificados junto ao Registro.br;

10.4. Para a implantação de equipamentos ativos da infraestrutura descrita no item 2.1 nas dependências deste CONTRATANTE, a CONTRATADA deve informar o dimensionamento dos circuitos elétricos para atendimento ao rack descrito no item 2.5.1.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

10.5. A CONTRATADA deverá cumprir o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

10.6. A CONTRATADA deverá empregar um número de jovens aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943) e Art. 116 da Lei 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO II

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 009/2026 - Proad nº 4.101/2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Tel.: Cel.

Optante pelo Simples Nacional: ( ) Sim ( ) Não

Dados Bancários

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica e serviços de segurança Anti-DDoS.

GRUPO 1 (G1)				
Item	Descrição	Velocidade	Valor mensal	Valor total (24 meses)
1	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Ed. Sede (Consolação)	2,5 Gbps	R\$ __, __	R\$ __, __
Valor proposto total (G1)				R\$ __, __

GRUPO 2 (G2)				
Item	Descrição	Velocidade	Valor mensal	Valor total (24 meses)
2	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Ed. Sede (Consolação)	2,5 Gbps	R\$ __, __	R\$ __, __
3	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Fórum Ruy Barbosa (Barra Funda)	2,5 Gbps	R\$ __, __	R\$ __, __
Valor proposto total (G2)				R\$ __, __

**Prazo de Validade da Proposta:** 90 (noventa) dias contados da data em que a proposta for anexada ao Sistema Compras.gov.br.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

\_\_\_\_\_

(Representante da Empresa)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021**

Pregão Eletrônico nº 009/2026 - Proad nº 4.101/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que não possuo, no ano-calendário da realização desta licitação, contratos com administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade      Data

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa e CNPJ





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 13.1.1.2 DO EDITAL**

Pregão Eletrônico nº 009/2026 - Proad nº 4.101/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que não foram condenados a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade      Data

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa e CNPJ



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

Pregão Eletrônico nº 009/2026 - Proad nº 4.101/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que sou detentor de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta de preços e execução dos serviços, a exemplo das condições locais e do estado dos equipamentos existentes, conforme exigência e condições especificadas no edital do pregão eletrônico nº 009/2026 e anexos, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade      Data

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa e CNPJ

\_\_\_\_\_  
Responsável pela empresa



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO VI**

**CARTA DE PREPOSTO**

Pregão Eletrônico nº 009/2026 - Proad nº 4.101/2026

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, vem indicar o Sr. \_\_\_\_\_; inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_; portador do RG nº \_\_\_\_\_; telefone: \_\_\_\_\_; e-mail \_\_\_\_\_ e endereço \_\_\_\_\_, como **preposto titular** e o Sr. \_\_\_\_\_; inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_; portador do RG nº \_\_\_\_\_; telefone: \_\_\_\_\_; e-mail \_\_\_\_\_ e endereço \_\_\_\_\_ como **preposto substituto**, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, \_\_ de \_\_\_\_ de 20xx.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**ANEXO VII**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**PROAD Nº 4.101/2026 - CONTRATO Nº ---/202-**

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA ....., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONEXÃO AO BACKBONE INTERNET NO BRASIL POR MEIO DE ENLACE DE FIBRA ÓPTICA, E SERVIÇOS DE SEGURANÇA ANTI-DDOS.**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, com sede na Rua da Consolação, 1.272, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 03.241.738/0001-39, neste ato representado por seu Diretor-Geral da Administração, conforme delegação do Ato GP nº 57/2024, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, ..... inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ....., e-mail ....., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., na presença de duas testemunhas, celebram o presente contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 009/2026**, em conformidade com o **PROAD nº 4.101/2026**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislações aplicáveis, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, e serviços de segurança Anti-DDoS, nas condições estabelecidas na Especificação do Objeto.

**Parágrafo Único:** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I – A Especificação do Objeto;
- II - O Edital da Licitação;
- III - A Proposta da **CONTRATADA**;
- IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA PRORROGAÇÃO**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

O prazo de vigência deste contrato terá início na data de sua assinatura, com a prestação dos serviços pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento definitivo da implantação da infraestrutura de comunicação, descrito nos itens 3.2 a 3.4 do Anexo I do edital.

**Parágrafo Primeiro:** O prazo de vigência disposto no *caput* poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo:** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o **CONTRATANTE**, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

**Parágrafo Terceiro:** A prorrogação do prazo de vigência será precedida de verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA**, consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), emissão das certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

O regime de execução desta contratação é a empreitada por preço global.

**Parágrafo Único:** As demais condições de execução estão dispostas no Anexo I – Especificação do Objeto.

**CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR DO CONTRATO**

O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), conforme descrito a seguir:

GRUPO 1 (G1)			
Item	Descrição	Velocidade	Valor mensal
1	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Ed. Sede (Consolação)	2,5 Gbps	R\$ __, __

GRUPO 2 (G2)			
Item	Descrição	Velocidade	Valor mensal
2	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Ed. Sede (Consolação)	2,5 Gbps	R\$ __, __



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

GRUPO 2 (G2)			
Item	Descrição	Velocidade	Valor mensal
3	Serviço de conexão ao backbone Internet no Brasil por meio de enlace de fibra óptica, conforme especificações contidas no Anexo I do edital. <b>Local de instalação:</b> Fórum Ruy Barbosa (Barra Funda)	2,5 Gbps	R\$ __, __

**Parágrafo Único:** Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da liquidação da despesa.

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento será proporcional ao disposto no item 9 do Anexo I – Especificação do Objeto.

**Parágrafo Segundo:** Ocorrerá a glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a **CONTRATADA** não produzir os resultados ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme disposto no item 9 do Anexo I – Especificação do Objeto.

**Parágrafo Terceiro:** A **CONTRATADA** poderá discriminar na nota fiscal/fatura o valor total de desconto por eventual descumprimento do disposto no item 9 do Anexo I – Especificação do Objeto, ocorrido no mês de referência e faltas, efetuando o devido abatimento no valor da nota fiscal/fatura.

**Parágrafo Quarto:** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para liquidação iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quinto:** A liquidação da despesa só ocorrerá após a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas.

**Parágrafo Sexto:** Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de liquidação e a **CONTRATADA** será notificada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**Parágrafo Sétimo:** O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA** por meio de ordem bancária, na instituição bancária indicada no cadastro realizado no SIGEO-JT.

**Parágrafo Oitavo:** O **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste instrumento.

**Parágrafo Nono:** O pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras não isenta a **CONTRATADA** da apresentação do respectivo documento fiscal.

**Parágrafo Dez:** Sobre o valor faturado, serão retidos na fonte os correspondentes tributos e contribuições, conforme legislação aplicável.

**Parágrafo Onze:** A empresa optante pelo regime do Simples Nacional deverá encaminhar declaração nos moldes exigidos pela Receita Federal do Brasil antes da emissão da primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação de sua situação jurídica, sendo de sua inteira responsabilidade informar eventual desenquadramento do regime, sob pena da incidência das penalidades previstas neste instrumento.

**Parágrafo Doze:** Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente ordem bancária em favor da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Treze:** O **CONTRATANTE** poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.

**Parágrafo Catorze:** No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, mediante solicitação da **CONTRATADA** em até 10 (dez) dias da emissão da Ordem Bancária, segundo a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de apuração dos encargos;

TX = Percentual anual de encargos moratórios;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/01/2026.

**Parágrafo Primeiro:** Após o interregno de um ano, e após pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**Parágrafo Segundo:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, apurando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**Parágrafo Quarto:** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**Parágrafo Quinto:** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**Parágrafo Sexto:** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, o **CONTRATANTE** elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, mediante apostila.

**Parágrafo Sétimo:** O reajuste será realizado por apostilamento.

**Parágrafo Oitavo:** Os reajustes serão precedidos de solicitação da **CONTRATADA** em até, no máximo, o mês subsequente ao da aquisição do direito, ficando garantida a eficácia retroativa do pedido. Ultrapassado esse prazo, os efeitos financeiros somente terão vigência a partir da data da solicitação.

**Parágrafo Nono:** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**Parágrafo Dez:** O **CONTRATANTE** dará resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento de toda a documentação comprobatória, apta à análise do pedido para eventual deferimento/indeferimento, tais como, notas fiscais e demais documentos pertinentes que comprovem o desequilíbrio, acompanhada de demonstração analítica da variação cambial e/ou dos custos contratuais.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

**CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES**

São obrigações das partes:

**I) Da CONTRATADA:**

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas de qualificação;
- b) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços prestados;
- c) Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente;
- d) Assumir integral responsabilidade por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;
- e) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados, instruindo-os a tratar com urbanidade e respeito todas as pessoas presentes nas dependências do **CONTRATANTE** e de suas unidades, onde prestar serviço;
- f) Manter a disciplina no local dos serviços, adotando medidas que previnam ou reprimam, de forma eficaz, condutas prejudiciais à adequada execução contratual, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;
- g) Fornecer pessoal capacitado para a atividade, devidamente uniformizado, com seu logotipo, crachá de identificação, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, seguindo as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
- h) Manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução deste contrato;
- i) Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditadas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

j) Eximir-se de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que na fiscalização ou na gestão deste contrato;

k) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

l) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, comunicando a estes, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

m) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

n) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

o) Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

p) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

q) Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações inicialmente contratadas;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

s) Comprovar, sempre que solicitado, sob pena de rescisão contratual, que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído por Portaria Interministerial do Poder Executivo; e que não foi condenada, a **CONTRATADA** ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

t) Comprovar semestralmente o cumprimento, quando couber e conforme proporção, do preenchimento de seus cargos com a cota de beneficiários ou pessoas portadoras de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

deficiência, e incentivo à inclusão de pessoas com Síndrome de Down, conforme previsto na legislação;

u) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

w) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

x) Conhecer e cumprir o Plano de Integridade/Programa de Integridade e *Compliance* e o Código de Ética<sup>3</sup> do **CONTRATANTE**.

**II) Do CONTRATANTE:**

a) Prestar os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

c) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Anexo I - Especificação do Objeto;

d) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** por meio de gestor/fiscais;

f) Comunicar à **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e na Especificação do Objeto;

h) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Cientificar, quando julgar necessário, o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

<sup>3</sup> Disponíveis em [https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/agep/planejamento\\_estrategico/Plano\\_de\\_Integridade/Plano\\_de\\_Integridade\\_do\\_TRT2\\_-\\_com\\_anexo\\_-\\_Versao\\_2.pdf](https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/agep/planejamento_estrategico/Plano_de_Integridade/Plano_de_Integridade_do_TRT2_-_com_anexo_-_Versao_2.pdf) e <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/15693>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

j) Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

k) Recusar, desde que justificada, a indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA**, devendo esta designar outro para o exercício da atividade;

l) Comunicar à **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

m) Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, sem que de qualquer forma haja restrição à plenitude dessa responsabilidade;

n) Suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, equipamentos, patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros;

o) Assegurar o livre acesso das pessoas credenciadas pela **CONTRATADA** aos locais onde serão executados os serviços, prestando-lhes os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**Parágrafo Primeiro:** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**Parágrafo Segundo:** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**Parágrafo Terceiro:** O **CONTRATANTE** deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Quarto:** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**Parágrafo Quinto:** É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**Parágrafo Sexto:** A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**Parágrafo Sétimo:** O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**Parágrafo Oitavo:** A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**Parágrafo Nono:** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**Parágrafo Dez:** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo **CONTRATANTE** nas hipóteses previstas na LGPD.

**Parágrafo Onze:** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DEZ: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA ONZE: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa a **CONTRATADA** que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

V - prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**Parágrafo Primeiro:** Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito em caso de inexecução parcial de obrigação, exclusivamente na hipótese de inexistência de conduta de má-fé, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

b.1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato em casos de atraso injustificado na execução do contrato, por dia, exceto para as ocorrências verificadas nas alíneas "b.2" a "b.5", até o limite de 15% (quinze por cento);

b.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o **CONTRATANTE** a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

b.2) moratória de 3% (três por cento) do valor do contrato, por atraso no fornecimento da documentação do item 3.2 do Anexo I, por dia, até o limite de 30% (trinta por cento);

b.3) moratória de 1% (um por cento) do valor do contrato, em caso de atraso no fornecimento, instalação e configuração da infraestrutura descrita no item 2.1 do Anexo I, por dia, até o limite de 30% (trinta por cento);

b.4) moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas no atendimento ao prazo de solução final especificado no item 4.2.4.3 do Anexo I, por anomalias classificadas como Severidade 0 ou I;

b.5) moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 10 (dez) dias na solução final de anomalias classificadas como Severidade II ou III, conforme o agendamento especificado no item 4.2.4.4 do Anexo I;

b.6) compensatória de 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial e de 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do valor do contrato.

b.6.1) Na ocorrência de mais de três anomalias de severidade 0 e I dentro do período de recebimento provisório, fica caracterizada a inexecução total do contrato;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

b.7) compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do contrato na hipótese de não-cumprimento de qualquer outra obrigação contratual acessória que não envolva prazo.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

**Parágrafo Segundo:** A penalidade de multa poderá ser aplicada por qualquer hipótese de infração administrativa, isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções.

**Parágrafo Terceiro:** As multas previstas neste instrumento, se aplicadas, poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura a **CONTRATADA** tenha direito.

**Parágrafo Quarto:** Caso inexistentes pagamentos ou se os valores das faturas ou garantia forem insuficientes, a **CONTRATADA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de notificação, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante ao **CONTRATANTE**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

**Parágrafo Quinto:** A **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da União, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

**Parágrafo Sexto:** A **CONTRATADA** que prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude de qualquer natureza ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, será declarada inidônea e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

**Parágrafo Sétimo:** Todas as penalidades serão registradas no SICAF, no CEIS e no CNEP.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

**Parágrafo Oitavo:** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo Nono:** Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail fornecidos pela **CONTRATADA** no contrato ou cadastrado no SICAF, sendo de sua responsabilidade o acompanhamento e atualização dos respectivos endereços.

**Parágrafo Dez:** A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico da **CONTRATADA**, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio, não podendo alegar desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

**Parágrafo Onze:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

**Parágrafo Doze:** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159, da Lei 14.133, de 2021](#)).

**Parágrafo Treze:** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Parágrafo Catorze:** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#) e Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

#### **CLÁUSULA DOZE: DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, mediante Termo Aditivo, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do **CONTRATANTE** à continuidade do contrato.

**CLÁUSULA TREZE: DAS VEDAÇÕES**

É vedado à **CONTRATADA**:

- a) Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira; e
- b) Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA CATORZE: DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

Em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação será recebido:

- a) **provisoriamente**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, após verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico, na data de término de cada mês da prestação de serviços;
- b) **definitivamente**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**Parágrafo Primeiro:** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

**Parágrafo Segundo:** A **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para sanar as irregularidades detectadas, sob pena da aplicação de multa prevista neste instrumento.

**Parágrafo Terceiro:** O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**Parágrafo Quarto:** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**CLÁUSULA QUINZE: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

**Parágrafo Primeiro:** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**Parágrafo Segundo:** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**Parágrafo Terceiro:** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o parágrafo anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**Parágrafo Quarto:** O contrato pode ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Quinto:** Na hipótese do parágrafo anterior, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

**Parágrafo Sexto:** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**Parágrafo Sétimo:** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Oitavo:** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 15.346/2026, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0033.4256.0035 e Natureza de Despesa 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ, e nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

**CLÁUSULA DEZESSETE: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DEZOITO: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado conforme art. 124 e art. 125 da Lei nº 14.133/2021, por meio de termo aditivo, exceto na ocorrência de registros que não caracterizam alteração dos contratos, que poderão ser realizados por apostilamento, conforme art. 136 e incisos da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo:** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela **CONTRATADA**, das prestações determinadas pelo **CONTRATANTE** no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**CLÁUSULA DEZENOVE: DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA VINTE: DOS MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

As controvérsias de natureza jurídica, na fase extrajudicial ou no curso de ação judicial, poderão ser submetidas pelas partes à Câmara de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF da Advocacia-Geral da União na busca da prevenção e solução consensual de conflitos.

**CLÁUSULA VINTE E UM: DO FORO**

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste contrato, e que não puderem ser compostos por meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, será o da Seção Judiciária de São Paulo/SP da Justiça Federal, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações**

Para firmeza e validade do pactuado, os contraentes assinam o presente contrato.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica.

*Assinado digitalmente*

**XXXX**

Desembargador(a) Presidente/Diretor(a)-Geral da  
Administração

*Assinado digitalmente*

**XXXX**

Responsável legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

*Assinado digitalmente*

**XXXX**

*Assinado digitalmente*

**XXXX**